

PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL



Gáudia Costa

Protagonismo e Controle Social

O Canal

Autora



Gáudia Maria Costa Leite Pereira

Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - início 2019. Mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) - 2018, Especialista em Segurança Alimentar e Agroecologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - 2023, possui graduação em Licenciatura no Setor de Técnicas Agropecuárias (2003) e Bacharelado em Zootecnia (1999) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Com larga experiência na área de planejamento rural, com ênfase em Desenvolvimento Local e Territorial Sustentável, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura Familiar, Sociologia Rural, Agroecologia, Extensão Rural, Empoderamento Social, Protagonismo Social, Equidade de Gêneros, Economia Solidária, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, e Inclusão Social. Integrante do Grupo de Pesquisa Agroecologia - Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento. Integrante do Grupo de Pesquisa Sistemas Agroalimentares e Educação na Ruralidade (SAER) - Linha de Pesquisa: Tecnologias da Comunicação Aplicadas a Novas Territorialidades. Integrante da Coordenação Estadual do Fórum de Economia Solidária de Pernambuco e da Coordenação Executiva do Fórum de Economia Solidária de Pernambuco.



Orientador



Jorge Luiz Schirmer de Mattos

Coordenador do Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UFRPE. Graduado em Agronomia pela Universidade de Passo Fundo (1993). Mestre em Zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (1995). Doutor em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa (2001). Realizou estágio pós-doutoral na Universidad Pablo de Olavide, Sevilla - Espanha (2014). É professor Associado II da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenou o Núcleo de Agroecologia e Campesinato/UFRPE. Membro da CPOrg-PE. Líder do Grupo de Pesquisa Agroecologia. Tem experiência em Agroecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: transição agroecológica, manejo de agroecossistemas, sistemas de produção de base ecológica, metabolismo social agrário, assentamentos de reforma agrária, extensão rural agroecológica e educação agroecológica.



Coorientador



Wagner Lins Lira

Licenciado em Ciências Biológicas (UFPE, 2006), Mestre (PPGA/UFPE, 2009) e Doutor em Antropologia (PPGA/UFPE, 2016), onde desenvolveu pesquisas etnográficas referentes ao uso ritual da bebida ayahuasca em territórios nordestinos. Pós-doutor em Educação (PPGECI/UFRPE/FUNDAJ, 2019), efetivando pesquisas relativas às bases sociais das violências em contextos escolares. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DEd/UFRPE), Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI/UFRPE/FUNDAJ) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE), atuando nas áreas da etnicidade, da educação das relações étnico-raciais, das culturas, dos saberes e das religiões populares e ancestrais.



Coorientador



Marcelo Miná Dias

Engenheiro Agrônomo formado na Universidade Federal da Paraíba, mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria e doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). É Professor Associado vinculado ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (DER/UFV).



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

P436p

Pereira, Gáudia Maria Costa Leite
Protagonismo e controle social: o canal / Gáudia Maria
Costa Leite Pereira. – 1. ed. - Recife: EDUFRPE, 2023.
57 p.: il.

Inclui bibliografia, anexo(s) e apêndice(s).
ISBN: 978-65-00-79919-4
DOI: 10.29327/5307971

1. Agricultura familiar 2. Controle social 3. Desenvolvimento
rural 4. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
Sustentável (Pernambuco) I. Título

CDD 338.1098134

APRESENTAÇÃO

Imensa responsabilidade é a minha, de apresentar este trabalho que considero grandioso diante da relevância que enxergo ter para a sociedade. Só não maior que a honra em fazê-lo, difícil será organizar as ideias para colocar no papel o que considero um emaranhado de admiração e respeito pela mulher Gáudia, pela profissional que é e pelo trabalho que desempenha. E, para dar conta dessa missão, vou buscar inspiração nela mesma, a partir dos aprendizados que tive a chance de obter em tão pouco tempo de convivência com sua pessoa.

Quem a conhece um pouco mais de perto, sabe da luta e dificuldade que tem para vencer o dia, diante do confronto com seu próprio corpo e da guerra entre a saúde e o levantar. Quem a vê de mais longe um pouquinho, é comumente recebido por um "oi" carinhoso, um auxílio ou uma orientação. E, sempre disposta a ajudar, não mede esforços. Ultrapassa seus próprios limites, muitas vezes colocando a dor do outro à frente da sua. E segue com a mesma dedicação e responsabilidade do levantar do dia. Essa é a Gáudia mulher.

No que parece ser ainda sua melhor faceta, apresento a Gáudia profissional. Amante do sertão, vejo nela o reflexo da luta sertaneja, que procura sempre dar o melhor de si, com empenho e dedicação, com resiliência e amor. Essas qualidades lhe conferem a excelência com que se compromete a exercer sua profissão.

A partir de uma ousada e despreziosa avaliação pessoal sobre o ser humano, penso que ela encontrou no Desenvolvimento Territorial o nicho perfeito para se abrigar, havendo nele um leque de causas que resolveu abraçar, e pelas quais entende ser mais que um trabalho, e sim um ideal de luta. Vale salientar ainda a sensibilidade com que vence o racional, enxergando além do que está lhe sendo mostrado, interpretando os fatos através da percepção do ser humano e da sua espiritualidade (que se diga, carrega consigo em todas as suas ações). Soma-se a isso, os aspectos reais e estratégicos necessários ao bom desempenho do trabalho e resolução do problema que lhe foi apresentado.

Por fim, longe de mim a ousadia de falar do tema ao qual se destina essa obra, o canal do YouTube "Protagonismo e Controle Social". Ao longo de tantos anos de trabalho junto às comunidades e aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, a autora adquiriu expertise para tratar sobre o assunto. Agora, através do Programa de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, é chegado o momento desse conhecimento ganhar amplitude, atingindo o alcance que as mídias digitais possuem, permitindo dar voz a quem precisa ser ouvido, unindo inovação, informação e responsabilidade social.

E assim resumo sua história: esforço, compromisso e competência.

Você, sucesso!

Diana Maria Alexandrino Pinheiro



O nosso canal: Protagonismo e Controle Social

Do sertão do conhecimento, eu vou contar
Uma história de luta e empoderamento popular
O protagonismo e controle social, no cordel vou rimar
Pra te mostrar como juntos podemos mudar.

No YouTube do Nordeste, um canal se ergueu
Com versos e vídeos, a voz do povo se acendeu
O protagonismo, o poder de transformar
Nas mãos de cada um, a esperança a brotar.

No meio rural, o povo cansou de esperar
Por soluções que nunca vinham se encontrar
Decidiram se unir, tomar as rédeas da vida
E no controle social, fazer a luta aflorar.

Comunicaram nas mídias, na rede mundial
Vídeos, comentários, mensagens de igualdade total
Espalharam conhecimento, a informação correu
O CMDRS, o palco onde o protagonismo floresceu.

Da educação à saúde, da Agroecologia à cidadania
O povo se informou, conheceu sua valentia
Denunciaram injustiças, exigiram direitos
No controle social, encontraram seus respeitos.

A voz do povo se fez ouvir, forte e clara
As redes sociais se tornaram praça pública, sagrada
O protagonismo no cordel se entrelaçou
E o controle social como semente germinou.

Na ação do protagonismo, o povo se empoderou
No controle social, seus sonhos se realizaram
Juntos, mudaram a realidade, fizeram história
Com coragem e determinação, os seus dias transformaram.

Que essa poesia do cordel ecoe no ar
Incentivando o protagonismo, e o controle social a abraçar
No YouTube, nas mídias eletrônicas, vamos nos expressar
E juntos, construir um mundo mais justo, sem cessar.

Que o protagonismo e o controle social sejam nossa força
Para que a sociedade se transforme, com justiça e retidão
No cordel da vida, sejamos os autores
Compartilhando amor, conhecimento e revolução.

Gáudia Costa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2 PRODUTO DE COMUNICAÇÃO	12
3 PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL.....	13
3.1 EXEMPLOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUE GARANTE O DIREITO DE CIDADÃOS CONTROLAREM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
3.2 EXTENSÃO RURAL E COMUNICAÇÃO EM FUNÇÃO DO PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL.....	18
3.3 PANDEMIA E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	21
3.4 NECESSIDADE DE ATERREMOTA.....	22
4 A COMUNICAÇÃO ENTRE OS CMDRS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	24
4.1 1º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO.....	26
4.2 2º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO.....	28
4.3 3º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO.....	32
5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO DE COMUNICAÇÃO E DE SUA FINALIDADE	35
5.1 AVANÇOS TECNOLÓGICOS/GRAU DE NOVIDADE.....	38
5.2 CONEXÃO COM A PESQUISA.....	38
5.3 CAMPOS DESCRITIVOS.....	38
6 REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE.....	44
APÊNDICE 1 – CONTEÚDO DO FORMULÁRIO GOOGLE PARA CONSULTA ÀS CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS DOS CMDRS DE PERNAMBUCO.....	44
ANEXOS 47	
ANEXO 1 – CONVITE PARA O 1º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO.....	47
ANEXO 2 – CONVITE PARA O 2º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO.....	48
ANEXO 3 – CONVITE PARA O 3º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO.....	49
ANEXO 4 – MATERIAL DIDÁTICO.....	50
ANEXO 5 – EVENTO.....	51
ANEXO 6 – ENTREVISTA.....	53
ANEXO 7 – DOCUMENTÁRIO.....	55

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias de informação e comunicação tem desempenhado um papel fundamental na sociedade contemporânea, transformando profundamente as formas de comunicação, acesso à informação e interação social. Nesse contexto, plataformas online, como o YouTube, surgiram como espaços democráticos e acessíveis para a criação de conteúdo e o compartilhamento de conhecimento.

Este livro apresenta a jornada de criação e desenvolvimento de um canal do YouTube intitulado "Protagonismo e Controle Social". O canal tem como propósito explorar a relevância da tecnologia de informação, e como objetivo a divulgação de ações dos CMDRS de Pernambuco e outros estados; assim como de servir como canal de proposições e discussões sobre temas diversos de interesse da Agricultura Familiar.

Dividido em quatro capítulos cuidadosamente elaborados, cada um abordando aspectos específicos e interconectados, este livro busca oferecer uma visão aprofundada sobre os desafios e as possibilidades inerentes ao tema. Vamos mergulhar em uma jornada que nos levará a refletir sobre a natureza dos produtos de comunicação, o papel do protagonismo e controle social, a importância da comunicação entre os CMDRS no estado de Pernambuco, além de fornecer uma descrição detalhada do produto de comunicação e sua finalidade.

2 PRODUTO DE COMUNICAÇÃO

Produto elaborado cumprindo o que é determinado pelo Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) para a produção dos produtos finais interdisciplinares, seguindo a orientação da normativa do Grupo de Trabalho CAPES, para produção Interdisciplinar¹, no item 16 – Produto de Comunicação:

Definição: O produto implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. Trata-se, portanto, de produto midiático. Mídia compreende o conjunto das emissoras de rádio e de televisão, de jornais e de revistas, do cinema e das outras formas de comunicação de massa, bem como, das recentes mídias sociais em suas diversas plataformas. Exemplos: a) programas de mídia; b) programas de veículos de comunicação; – c) programas de mídia social. Não se aplica: Participação de docentes e discentes em programas de mídia ou mídia social sem que o autor participe do processo de elaboração do produto, o qual deverá estar aderente ao PPG (CAPES, 2019, p. 63 - grifos da autora).

Este produto surge das pesquisas de campo, realizadas junto aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Caetés e São Bento do Una – PE. O produto consiste em um canal no YouTube, intitulado Protagonismo e Controle Social, que tem a finalidade de divulgação de ações dos CMDRS de Pernambuco e outros estados; assim como de servir como canal de proposições e discussões sobre temas diversos de interesse da Agricultura Familiar. O canal também objetiva divulgar os resultados das pesquisas de discentes e docente do PPGADT, com a finalidade de democratizar a ciência e popularizar o conhecimento. Para tanto, promoverá eventos, entrevistas e documentários.

¹ RELATÓRIO DE GRUPO DE TRABALHO – Publicação que divulga os resultados de estudos e proposições advindos de Grupos de Trabalho criados pela CAPES, com a finalidade de aprimoramento do processo e de instrumentos relacionados à avaliação da pós-graduação. As publicações estão disponíveis para download gratuito no formato PDF. Acesse: <http://www.capes.gov.br/pt/relatorios-tecnicos-dav>.

3 PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL

Protagonismo é a capacidade de assumir um papel ativo e decisivo na vida, na sociedade ou em determinada situação. O protagonista é aquele que assume a responsabilidade por suas ações, toma iniciativa, busca soluções e enfrenta os desafios de forma proativa.

É a habilidade de tomar as rédeas da própria vida e agir de maneira autônoma em relação aos problemas e oportunidades que surgem. Trata-se de uma abordagem que valoriza a participação cidadã, o diálogo, a cooperação e o respeito à diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Freire, 2003).

O termo protagonismo vem do grego *protagonistes*, “protos” significa principal ou primeiro e “agonistes” significa lutador ou competidor. É um termo frequente em teatros referindo-se ao ator principal da cena. Também na literatura, refere-se ao protagonista principal do enredo. Atualmente, o termo está comumente associado à determinada categoria que se propõe a alguma ação social. Assim temos protagonismo juvenil, das mulheres, dos trabalhadores, dos negros, dos índios, etc. (Pereira, 2018, p. 43).

No contexto das lideranças sociais, o protagonismo é uma abordagem político-democrática que busca promover a participação ativa dos trabalhadores em seu próprio processo de encontrar soluções para seus problemas. Nessa perspectiva, os agricultores familiares são incentivados a assumirem a sua própria história, desenvolvendo habilidades como autonomia, criatividade, liderança e cooperação. A ideia é que o protagonismo ajude a formar cidadãos mais críticos, responsáveis e engajados com a sociedade (Gohn, 1997, 2004).

O protagonismo é um conceito cujo significado é relacional, na medida em que só pode ser compreendido em relação aos diferentes sujeitos, envolvidos num acontecimento. Por isso, é preciso que o mediador se liberte de ideias conservadoras e estáticas, para poder sentir as demandas de um grupo, se conscientizando de seu papel na sociedade perante a responsabilidade social da área em que atua, procurando incentivar a tolerância e abertura por parte

dessa sociedade face à diversidade cultural e étnica dos que vivem à margem (Guedes-Farias; Varela-Varela, 2017, p. 93).

Assim, uma pessoa protagonista detém a habilidade de assumir um papel ativo e transformador na sociedade em que está inserida, por meio de ações que impulsionem mudanças sociais positivas. Isso pode se manifestar de diversas maneiras, tais como através da criação ou envolvimento em grupos, colegiados, organizações, movimentos sociais ou projetos comunitários.

Essas iniciativas podem ter como propósito a defesa de direitos, a busca por justiça social, a preservação ambiental, a luta contra a discriminação e o aprimoramento da qualidade de vida da população, entre outras metas. Controle Social, por sua vez, é um processo de participação cidadã que visa garantir a concretização dos resultados planejados nas respectivas Políticas Públicas.

De certa forma, no contexto da discussão e tomada de decisões sobre a melhor forma de implementar ações governamentais que chegam às comunidades, os CMDRS desempenham um papel de certo protagonismo e controle social, pois possuem um conjunto de mecanismos e práticas que lhes possibilitam influenciar e fiscalizar as ações do Estado, dos governantes e das instituições públicas, com o intuito de assegurar o cumprimento das leis e a transparência na gestão pública (Abramovay, 2006).

Existem diversas formas de participação e envolvimento social, como a participação em conselhos de políticas públicas, audiências públicas, manifestações, petições, monitoramento de programas e projetos sociais, entre outros. Por meio dessas práticas, a sociedade pode exercer influência nas decisões governamentais, demandar transparência e prestação de contas, e denunciar irregularidades e abusos de poder.

Essa participação é essencial para a construção de uma cultura de cidadania, que valoriza a transparência, a responsabilidade e a ética na gestão pública. É importante salientar que o controle social não se limita apenas à denúncia de irregularidades ou corrupção, mas também envolve a participação efetiva e propositiva da sociedade na construção e implementação de políticas públicas,

contribuindo para a melhoria das condições de vida da população. Essa é a prática cotidiana dos CMDRS pesquisados.

No Brasil, há diversos mecanismos de controle social de políticas públicas, cujo objetivo é garantir a transparência, a participação e a fiscalização da gestão pública. É comum que os conselheiros participem de diversos desses mecanismos, embora nem sempre sejam eles os propositores, como é o caso de audiências e denúncias. Seguem abaixo alguns dos principais mecanismos:

- ✓ **Conselhos de políticas públicas:** são arenas de envolvimento da comunidade na administração estatal, estabelecidas por legislação, com a finalidade de conceber, monitorar e avaliar a execução de políticas públicas. Esses grupos são constituídos por membros do governo e da sociedade civil, que debatem e tomam decisões acerca das medidas a serem efetivadas.
- ✓ **Ouvidorias:** são canais de comunicação entre a população e as instituições públicas, que permitem que os cidadãos registrem denúncias, sugestões, elogios e reclamações sobre os serviços públicos. As ouvidorias têm por objetivo ampliar a transparência, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado.
- ✓ **Audiências públicas:** são eventos realizados pelo poder público para promover o diálogo entre as autoridades e a sociedade civil sobre temas relevantes para a comunidade. As audiências públicas têm por objetivo permitir a participação e o debate público sobre questões que afetam a população.
- ✓ **Consultas públicas:** são processos de consulta à população para coletar opiniões e sugestões sobre políticas públicas em discussão. As consultas públicas podem ser realizadas presencialmente ou pela internet, permitindo que um grande número de pessoas participe do processo de elaboração das políticas públicas.
- ✓ **Participação em processos de licitação:** a Lei de Licitações permite que a sociedade civil participe dos processos de licitação de obras, serviços e compras governamentais, permitindo que os cidadãos possam fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos.

- ✓ *Ações judiciais: a sociedade civil pode recorrer ao Poder Judiciário para questionar ações ou omissões do poder público que violem direitos e garantias constitucionais. As ações judiciais são um importante mecanismo de controle social, permitindo que a população exija o cumprimento da lei e a responsabilização dos gestores públicos.*

Agentes sociais se tornam protagonistas quando se sentem empoderados e se capacitam, se tornam dispostos a ampliar seus horizontes e atuar de forma coletiva, pois é no grupo que ele pratica seu protagonismo. A construção desse sujeito não parte apenas da disposição particular e individual, mas aflora das e nas relações democráticas, respeitadas e incluídas. Onde as vozes de todos – com respeito às regras de decisões coletivas –, e de cada um – como sujeito que representa um lugar social de fala –, são valorizadas e consideradas relevantes para a construção de entendimentos e de caminhos coletivos.

Sendo capazes de assumir responsabilidades junto à sociedade e governos, os conselheiros adentram ao universo daqueles que constroem as políticas tendo em vista o bem-estar das comunidades (Gerschman, 1995; Carvalho, 1998). Sendo capazes de influenciar, modificam as relações de poder e transformam os sistemas, se libertando de políticas opressivas e colocando em seu lugar políticas que libertam. Enfatizam a transparência e boa gestão dos recursos, enxergam as pessoas excluídas e apontam perspectivas, ajudam de forma solidária sem gerar dependência nem humilhações (Gohn, 2004).

3.1 EXEMPLOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUE GARANTE O DIREITO DE CIDADÃOS CONTROLAREM POLÍTICAS PÚBLICAS

Existem diversas leis brasileiras que garantem o direito dos cidadãos de controlarem as políticas públicas. Algumas das principais leis são:

- ✓ *Constituição Federal de 1988: a CF-88 é a lei fundamental do país e estabelece os princípios e as normas que regem a organização do Estado e*

dos poderes públicos. Entre os seus dispositivos, destaca-se o artigo 5º, que garante o direito à participação política, e o artigo 37, que estabelece a obrigatoriedade da administração pública de prestar contas de suas atividades (Brasil, 1988).

- ✓ Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011): essa lei estabelece as regras para o acesso a informações públicas pelos cidadãos, permitindo que qualquer pessoa possa solicitar e receber informações de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. A Lei de Acesso à Informação é um importante instrumento de transparência e controle social, que possibilita a fiscalização das atividades do Estado (Brasil, 2011).
- ✓ Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009): essa lei obriga os governos federal, estaduais e municipais a disponibilizarem na internet informações sobre a execução orçamentária e financeira, permitindo que os cidadãos possam acompanhar de perto a aplicação dos recursos públicos e fiscalizar a gestão pública (Brasil, 2009).
- ✓ Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742/1993): essa lei estabelece as bases do sistema de assistência social no país e prevê a participação da sociedade civil na elaboração, implementação e fiscalização das políticas de assistência social. A LOAS também cria o Conselho Nacional de Assistência Social, um importante espaço de participação e controle social (Brasil, 1993).
- ✓ Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): essa lei estabelece as normas para a proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente. Entre as suas disposições, destaca-se a criação dos Conselhos Tutelares, órgãos responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e garantir o acesso a políticas públicas específicas (Brasil, 1990a).
- ✓ Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990): essa lei estabelece as bases do sistema de saúde no país e prevê a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). A lei cria os Conselhos de Saúde em todos os níveis de governo, que têm como atribuição fiscalizar a implementação

das políticas de saúde e participar da elaboração do Plano de Saúde (Brasil, 1990b).

- ✓ Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): essa lei estabelece as diretrizes e os instrumentos para a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos no país. A lei prevê a participação da sociedade na elaboração e na implementação das políticas de resíduos sólidos, por meio de conselhos e fóruns de participação social (Brasil, 2010a).
- ✓ Lei do Sistema Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010): essa lei estabelece as diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Cultura. A lei prevê a participação da sociedade na gestão da cultura, por meio de conselhos e conferências de cultura (Brasil, 2010b).
- ✓ Lei de Participação e Controle Social (Lei nº 13.019/2014): essa lei estabelece as normas para a celebração de parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. A lei prevê a participação da sociedade na gestão dos recursos públicos destinados às parcerias, por meio de conselhos, audiências públicas e outras formas de participação (Brasil, 2014).

São apenas algumas das leis brasileiras que garantem o direito dos cidadãos de controlarem as políticas públicas. Além dessas, existem diversas outras normas que estabelecem mecanismos de participação e controle social, como as leis que criam os conselhos de políticas públicas, por exemplo.

3.2 EXTENSÃO RURAL E COMUNICAÇÃO EM FUNÇÃO DO PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL

Pensar os serviços de assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as famílias no Semiárido exige que seja devidamente entendido o seu conceito. Não se pode pautar pelo repasse de tecnologias, mas pela construção, através de diálogo proativo, de modo de vida adequado ao ambiente e isto é possível pela Extensão Rural, desde que observada em seu propósito. O termo "extensão" vem do latim

Extendere (alargar, estender, espalhar). Comunicação também do latim *Communicatio/Communis* (tornar comum, distribuir, repartir, dividir).

Para Freire (1983), tradicionalmente os serviços de Extensão colocam o camponês enquanto objeto nos planos que visam o desenvolvimento. Nega às pessoas envolvidas com a produção como sendo sujeitos e colocam o técnico como superior, detentor do único saber válido e cabe ao extensionista entregar, doar soluções como um salvador.

A época, à qual Freire (1983) se refere, foram implantados no Brasil o modelo Difusionista Produtivista – 1964-1973 –, seguido pelo modelo do Humanismo Crítico – 1980-1989 –, que utilizavam como metodologias: demonstração técnica e demonstração de resultados utilizando recursos audiovisuais (álbum seriado e cartazes); campanhas e programas de rádio; dias de campo; palestras e treinamentos; e visitas domiciliares (Pereira, 2016).

Como consequências deste modelo de Extensão Rural, as principais mudanças nos espaços rurais à época foram o amplo processo de modernização da base técnica produtiva nos espaços rurais brasileiros; forte expropriação de agricultores de base familiar; concentração da propriedade da terra; assalariamento e precarização das condições de trabalho no campo; contínuo processo de migração do campo para as cidades. Para obtenção de êxito destes modelos, os técnicos promoveram manipulações, invasão cultural e destruição dos saberes do camponês (Pereira, 2016).

Como contraponto a essa cultura autoritária e desrespeitosa dos extensionistas, Freire reconhece no camponês um ser histórico, de pensamentos próprio e situado em contexto particular onde a criatividade cria as alternativas para construir todas as formas de relações concretas e subjetividades. A presença do extensionista deve ser de diálogo em relação horizontalizada entre sujeitos que interagem para entenderem os problemas e reconstruírem juntos as soluções.

Exige-se que o técnico tome consciência de si mesmo e do seu papel na relação. Adote atitude de construir empatia e sinergia com a família entendendo seus valores e os motivos que dão significados ao seu modo de vida, juntos construirão ressignificações a partir da ampliação da consciência de ambos. Com essa visão

humanista e humanitária, Paulo Freire se torna referência científica no Brasil e no mundo quanto ao significado do papel dos técnicos extensionistas.

Seguindo essa linha de raciocínio, Bordenave (1997), aponta que a comunicação deve ser entendida como instrumento funcional e só faz sentido se se expressa o outro em relações efetivas. A qualidade da comunicação e das relações humanas deve ser crítica e exigente, pois só assim será proativa e construirá relacionamentos que expressem a vida dos que interagem no ambiente da relação.

A comunicação se faz através de diálogos (dialógica) radical. Um modo de ser e de perceber jamais é superior ao outro, mas ambas as compreensões são passíveis de serem criticadas e reformuladas. Nenhum saber construído é sem sentido, mas não precisa ser estático e representar solução única para os problemas.

Para superar esse modelo equivocado que coloca o técnico como superior e o camponês como atrasado e resistente ao “moderno”, a Extensão e a Comunicação devem ser tomadas como indissociáveis e muito bem entendidas pelos técnicos extensionistas. Para Nascimento e Hetkowsky (2009), a Comunicação, se separada, é tida como um método de repasse de informação, imposição entendida, equivocadamente, como Educação.

A Extensão, portanto, é um mecanismo educativo que deve se dar em diálogo franco e crítico entre o técnico e a família camponesa. O levantamento de problemas deve ser compartilhado e o técnico deve contribuir com a problematização e agregação de novos elementos para ampliar as consciências e favorecer a criatividade que trará soluções negociadas (Caporal, 2009).

Sendo assim, Caporal (2009), orienta que os técnicos extensionistas não podem parar no tempo, em sua formação inicial, mas precisam estar atualizados e se qualificando continuamente, entender de políticas públicas, agroecologia e adotar uma visão de mundo abrangente e incluyente, crítica e aberta à construção coletiva de conhecimento a fim de viabilizar soluções efetivas sob a governança da família.

3.3 PANDEMIA E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) é um termo amplo, que engloba todos os meios e ferramentas utilizados para a troca de informações e comunicação, sejam eles analógicos ou digitais. Isso inclui desde a comunicação oral e escrita, como telefone, correio e jornais, até meios mais modernos, como rádio, televisão e internet (Castells, 1999; Lemos, 2023).

Por outro lado, a TIC também refere-se especificamente ao conjunto de tecnologias digitais, computacionais e de telecomunicações que permitem o processamento, armazenamento, transmissão e recepção de informações de forma eletrônica. Isso abrange áreas como computadores, redes de computadores, internet, telefonia móvel, sistemas de informação, softwares, entre outros (Vilaça; Araújo, 2016).

A TIC têm desempenhado um papel significativo na sociedade contemporânea, transformando a maneira como nos comunicamos, compartilhamos informações e acessamos conhecimento. Elas têm impulsionado o avanço da globalização, o desenvolvimento de economias digitais, a disseminação de informações em tempo real e o aumento da conectividade em todo o mundo (Canclini, 2011).

Nas últimas três décadas, essas tecnologias têm influenciado diversas áreas, como educação, negócios, saúde, governança, entretenimento e interações sociais, e esse processo foi acelerado com a pandemia da Covid 19. Elas permitem a colaboração em tempo real, a troca de conhecimentos e a ampliação do acesso a serviços e recursos em diferentes contextos (Martín-Barbero, 1997; Valente; Almeida, 2022).

Devido à pandemia da Covid 19, houve uma aproximação maior da sociedade com os meios de comunicação através da internet e, embora tenha terminado o período de *lockdown*, essa cultura perdura e a tendência nos parece ser irreversível. Ocupar os espaços das mídias digitais com possibilidade de interação com os envolvidos, se faz importante para disponibilizar mais opções de debates aos usuários das redes sociais (Meirelles, 2022).

No entanto, é importante reconhecer que o acesso equitativo à TIC ainda é um desafio em muitas partes do mundo, especialmente em áreas rurais e em países em desenvolvimento. A exclusão digital e a falta de infraestrutura adequada podem criar disparidades no acesso à informação e limitar o potencial transformador dessas tecnologias (Knop, 2018).

Portanto, a TIC desempenha um papel fundamental na sociedade contemporânea, promovendo a comunicação, a disseminação de informações e o acesso ao conhecimento. É essencial buscar formas de ampliar o acesso equitativo a essas tecnologias e garantir que elas sejam utilizadas de maneira inclusiva, promovendo o desenvolvimento social, econômico e sustentável.

3.4 NECESSIDADE DE ATER REMOTA

Os serviços de ATER vêm sofrendo modificações importantes para adequar às necessidades reais das famílias atendidas e mitigar impactos das adaptações técnicas e políticas a fim de melhorar a qualidade de vida da população rural. Sai de um modelo verticalizado de difusão tecnológica onde o saber do técnico se apresenta como superior às experiências acumuladas dos agricultores familiares para um modelo participativo, respeitoso e dialético, conforme apresentado na “Lei de ATER” (Brasil, 2010c)

Ilustra bem esse movimento de transformação as publicações da EMATER-MG que desenvolveu a Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável (MEXPAR), que pressupõe uma abordagem participativa utilizada na Extensão Rural. Essa metodologia visa promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, envolvendo ativamente os agricultores e membros da comunidade no processo de tomada de decisão, planejamento e implementação de ações (EMATER, 2006).

Sem abandonar os princípios que fundamentam os serviços de Extensão Rural, a partir de 2020, pressionado pela pandemia da Covid-19, houve adaptação do Método, para continuar os serviços de atendimento às famílias e ocorreu o desenvolvimento de mecanismos de atendimento remoto. Trata-se do MEXPAR 4.0

que apresenta o uso das tecnologias de informação como possibilidade complementar para a ATER. Conforme apresentado pela EMATER-MG em 2020 (EMATER, 2020).

A perspectiva do atendimento remoto na abordagem MEXPAR 4.0 refere-se à integração das TIC e da comunicação à distância na implementação da Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável. O atendimento remoto utiliza plataformas digitais, aplicativos móveis, videoconferências e outras ferramentas tecnológicas para facilitar a interação entre os extensionistas rurais, agricultores e membros da comunidade. Essa abordagem tem o potencial de ampliar o alcance e a eficácia das ações de Extensão Rural, superando as limitações geográficas e reduzindo custos. Algumas vantagens do atendimento remoto incluem:

- ✓ *Acesso ampliado:* com o uso de tecnologias remotas, é possível alcançar comunidades rurais distantes e de difícil acesso. Os agricultores que antes tinham dificuldades para receber assistência técnica presencial podem agora se beneficiar do atendimento remoto, aumentando seu acesso a informações e suporte especializado.
- ✓ *Economia de tempo e recursos:* o atendimento remoto elimina a necessidade de deslocamento físico dos extensionistas e agricultores, reduzindo os custos associados a viagens e permitindo uma alocação mais eficiente de recursos. Os agricultores podem receber assistência no momento mais conveniente para eles, evitando a espera por visitas presenciais.
- ✓ *Comunicação contínua:* as TIC permitem uma interação contínua entre extensionistas e agricultores. Por meio de vídeo chamadas, mensagens de texto ou aplicativos móveis, é possível manter um diálogo regular, trocar informações, responder a dúvidas e fornecer suporte técnico, fortalecendo o acompanhamento das ações implementadas.

No entanto, é importante considerar alguns desafios e limitações do atendimento remoto:

- ✓ *Conectividade e infraestrutura: a disponibilidade e a qualidade das conexões de internet podem ser limitadas em áreas rurais, dificultando a comunicação remota. É fundamental garantir infraestrutura adequada e acesso confiável à internet para permitir uma interação efetiva.*
- ✓ *Perda de interação presencial: o atendimento remoto pode não substituir completamente a interação presencial. A observação direta, a compreensão contextual e a construção de relacionamentos pessoais são aspectos importantes que podem ser perdidos na abordagem remota.*

4 A COMUNICAÇÃO ENTRE OS CMDRS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Os CMDRS desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento rural sustentável em Pernambuco. Essas instâncias de participação social são compostas por representantes da sociedade civil e do poder público, e têm como objetivo principal a construção coletiva de políticas e ações voltadas para o meio rural.

No entanto, para que os CMDRS sejam efetivos em suas atribuições, é necessário que seus membros estejam coesos, tenham força política e compartilhem suas demandas sociopolíticas. Nesse contexto, os Encontros Estaduais desempenham um papel estratégico, fortalecendo esses aspectos essenciais.

No que se refere à coesão e coordenação em rede, estes Encontros proporcionam um espaço de interação entre os conselheiros municipais dos CMDRS de Pernambuco. Essa oportunidade de convivência e troca de experiências contribui para fortalecer os laços entre os membros, criando uma rede de cooperação e apoio mútuo.

A coesão do grupo é essencial para que os conselheiros se sintam parte de um coletivo unido, motivado e comprometido com os interesses comuns do

desenvolvimento rural sustentável. A coesão fortalece a capacidade de articulação e mobilização dos CMDRS em prol de suas demandas e necessidades.

Com a construção dessa força política, os Encontros também desempenham um papel importante na consolidação dessas instâncias de participação social. Ao reunir representantes de diferentes municípios, os Encontros permitem a ampliação da representatividade e visibilidade dos CMDRS.

Essa união de esforços fortalece a incidência política dos conselheiros, tornando suas vozes mais fortes e ampliando sua capacidade de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. A força política adquirida por meio dos encontros contribui para a defesa dos interesses das comunidades rurais e para a superação de desafios e obstáculos enfrentados.

Os Encontros são oportunidades valiosas para o compartilhamento de demandas sociopolíticas entre os conselheiros. Durante esses eventos, os participantes têm a chance de expor suas experiências, desafios e conquistas, identificando demandas comuns e buscando soluções conjuntas. A troca de informações e conhecimentos entre os conselheiros fortalece a capacidade de análise e diagnóstico das questões rurais, além de facilitar a identificação de demandas prioritárias. O compartilhamento de demandas sociopolíticas contribui para a construção de uma agenda comum, pautada pelas necessidades reais das comunidades rurais e direcionada para ações efetivas e transformadoras.

Os Encontros Estaduais dos CMDRS de Pernambuco desempenham um papel estratégico na manutenção da coesão dos conselheiros, no fortalecimento de sua força política e no compartilhamento de demandas sociopolíticas. Esses Encontros permitem a criação de laços entre os membros, fortalecem a capacidade de articulação política e promovem o intercâmbio de informações e experiências. Dessa forma, os CMDRS se tornam mais efetivos em sua missão de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, consolidando-se como importantes atores na construção de políticas e ações voltadas para as comunidades rurais de Pernambuco.

4.1 1º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO

Figura 1 – Composição da mesa de abertura do 1º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco (ANEXO 1), com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil – Belo Jardim, 2019.



Fonte: (IPA, 2019).

Figura 2 – Conselheiras e Conselheiros dos CMDRS de Pernambuco, participando do 1º Encontro Estadual dos CMDRS de PE – Belo Jardim, 2019.



Fonte: (SINTAPE, 2019).

Quadro 1 – Deliberações do 1º Encontro dos CMDRS de Pernambuco, realizado em Belo Jardim – PE, em 17 de maio de 2019.

TEMAS	ASSUNTOS DE PAUTA
<p>Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)</p>	<p>Aumento do quantitativo do quadro técnico do IPA para atender satisfatoriamente os agricultores familiares. Foi destacado a importância do extensionista do IPA no acompanhamento das famílias agricultoras;</p> <p>As demandas de sementes entregues foi abaixo do esperado comparado a outros anos anteriores. Foi enfatizada a necessidade do IPA junto a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), valorizar a sementes crioulas, através da compra aos nossos agricultores familiares. A ideia é que esses agricultores façam um treinamento de manejo e conservação dessas sementes. O nosso estado tem áreas que cultivam sementes e que, os agricultores podem receber incentivos para a venda da sua produção;</p> <p>Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE), reforçaram a questão salarial dos Técnicos do IPA, que não vem sendo reajustado há alguns anos;</p> <p>Retomada dos Programas Terra Pronta;</p> <p>Retorno do Programa de Carro-pipa para municípios do semiárido pernambucano onde é decretado estado de calamidade pública pelo estado e homologado pelo Governo Federal, através da Defesa Civil;</p> <p>Abertura para Concurso Público para extensionistas no Estado de Pernambuco.</p>
<p>Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural)</p>	<p>A grande maioria dos CMDRS relataram a ausência do ProRural nas reuniões ordinárias;</p> <p>Alguns escritórios regionais relatam a ausência devido a falta de recurso para deslocamentos;</p> <p>Os CMDRS solicitam a retomada das discussões das cadeias produtivas / arranjos produtivos nas regiões / territórios do estado;</p> <p>O ProRural deve fomentar os encontros de formação para os CMDRS fortalecendo também as associações;</p> <p>Incentivo a criação de pequenas agroindústrias em áreas de assentamento e/ou comunidades que têm possibilidade de fornecer produtos para vendas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);</p> <p>Os CMDRS citaram também a influência político-partidária nas demandas de projetos do ProRural em alguns municípios sem passar pelas deliberações dos</p>

	CMDRS.
Conselho de Desenvolvimento Sustentável de PE (CDS)	Os CMDRS solicitam a cadeira/participação no Conselho de Desenvolvimento do Estado para contribuir na elaboração e nas demandas da política de fortalecimento da agricultura familiar; A forma de garantir a participação dos CMDRS será discutida de acordo com a legislação vigente e do regimento interno do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco (CDS).
Segurança Pública	As patrulhas rurais sejam efetivadas no Campo no sentido de inibir o uso de entorpecentes por jovens. O que há algum tempo a problemática da droga era restrito ao meio urbano, agora está chegando com mais força no meio rural, como é caso do Município de Flores no Sertão do Estado.
Conclusão	Diante do exposto, e das problemáticas discutidas, os CMDRS de Pernambuco junto às entidades que nos assistem, solicita a participação efetiva na elaboração do Plano Plurianual para que sejam alocados recursos para os projetos estruturantes dos municípios com o foco no fortalecimento da Agricultura Familiar. A ideia é que em Agosto, possamos fazer um novo encontro e apresentar à assembleia legislativa as nossas propostas, para que sejam orçadas para ser votado em setembro no Plano Plurianual (PPA).

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório do 1º Encontro dos CMDRS de Pernambuco, 2019 – Acervo CMDRS de Inajá – PE.

4.2 2º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO

Figura 3 – Composição da mesa de abertura do 2º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco (ANEXO 2), com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil – São José do Belmonte, 2022.



Fonte: Acervo CMDRS de Inajá – PE.

Figura 4 – Conselheiras e Conselheiros dos CMDRS de Pernambuco, participando do 2º Encontro Estadual dos CMDRS de PE – São José do Belmonte, 2022.



Fonte: Acervo CMDRS de Inajá – PE.

Quadro 2 – Deliberações do 2º Encontro dos CMDRS de Pernambuco, realizado em São José do Belmonte, em 5 de maio de 2022.

TEMAS	ASSUNTOS DE PAUTA
Garantia Safra	<p>Reajuste do seguro para o valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) para o ano de 2022 e correção anual através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos próximos anos;</p> <p>Divulgação dos valores que compõem o fundo de aportes ao Garantia Safra através da disponibilização de extratos, para mostrar transparência no uso dos recursos;</p> <p>Buscar parcerias dos CMDRS municipais junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para consolidação dos dados de perda da safra em cada município;</p> <p>Desvincular o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da composição da renda do agricultor/a familiar;</p> <p>Buscar a inclusão na pauta de discussões da Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE) e Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste)², do Programa Garantia Safra;</p> <p>Solicitação de ampliação da equipe técnica para atender especificamente ao programa;</p>

² Consórcio entre os 9 estados do Nordeste que tem como objetivo promover o crescimento sustentável e desenvolvimento social.

	Melhorar o sistema para desbloqueio dos agricultores/as familiares.
Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)	<p>Sementes: assegurar a distribuição de todas as sementes – milho (<i>Zea mays</i>), feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>) e sorgo (<i>Sorghum bicolor</i>), sempre as três, a entregar de preferência dois meses antes do calendário de plantio de cada região;</p> <p>Garantia da qualidade das sementes;</p> <p>Abastecimento rural por meio de carros pipas: propor a unificação, organização e estruturação dos órgãos públicos (governos Federal, Estadual e municipais), o aprimoramento do sistema de abastecimento da água rural através de carros pipas, até que a zona rural, nas comunidades onde o Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) não venha contemplá-las;</p> <p>Perfuração e instalação de Poços;</p> <p>Fornecimento de dessalinizador para as regiões com poços salgados;</p> <p>Solicitar do Governo Federal a ampliação de recursos para a implantação de tecnologias de armazenamento de água e reuso de água;</p> <p>Implementação de Cadastro Único das famílias que são contempladas com carro pipa para uma melhor gestão dos recursos;</p> <p>Equipe multidisciplinar disponibilizadas nas regiões;</p> <p>Cumprimento do plano de cargo dos profissionais da SDA;</p> <p>Sistema simplificado de abastecimento de água para comunidades locais;</p> <p>Revitalizar e atualizar os planos de ação do Programa Alimenta Brasil (PAB), Antigo PAA, que é construído pelo IPA;</p> <p>Construção de cisternas de placas 16 mil e 52 mil litros;</p> <p>Construção de unidades habitacionais rural para as famílias que moram em casas de taipas;</p> <p>Abertura de Concurso Público para aumentar o quadro de extensionistas no Estado de Pernambuco;</p> <p>Apoio do governo na disponibilidade de vagas e locomoção para que os produtores possam participar nas feiras de negócios da Agricultura Familiar, a exemplo da feira realizada em Natal – RN, agora em junho de 2022;</p> <p>O Controle social do SISAR seja realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Rural de cada município.</p>

<p>Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural)</p>	<p>A maioria dos Conselhos reclamam da ausência do ProRural nas reuniões ordinárias. Alguns escritórios regionais do ProRural alegam a ausência devido à falta de recursos para os deslocamentos;</p> <p>Os Conselhos solicitam a retomada das discussões das cadeias de arranjos produtivos nas regiões do Estado;</p> <p>O ProRural deve fomentar os encontros de formação para os Conselhos, fortalecendo também as Associações;</p> <p>Incentivo à criação de pequenas agroindústrias em áreas de assentamento e/ou comunidades que têm possibilidade de fornecer produtos para vendas institucionais como o PAA e o PNAE;</p> <p>Os Conselhos citam também a influência político-partidária nas demandas de projetos do ProRural, em alguns municípios sem passar pelas deliberações dos Conselhos;</p> <p>Solicitamos a retomada do programa de construção de cisternas e banheiros.</p>
<p>CMDRS – PE</p>	<p>Estruturação dos Conselhos Municipais;</p> <p>Ampliação do assento no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que a participação dos conselhos seja por região de desenvolvimento do estado (Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Mata Norte, Mata Sul, Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú e Sertão do São Francisco);</p>
<p>Segurança Pública</p>	<p>Ampliação e implantação das patrulhas rurais (Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Mata Norte, Mata Sul, Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú e Sertão do São Francisco);</p>
<p>Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (ADAGRO)</p>	<p>A ADAGRO em diversos municípios do Estado, não vem mais exercendo o seu papel de atender o agricultor pecuarista com a assistência adequada, a não ser emitir uma Guia de Trânsito Animal (GTA) quando consegue. Isso porque na maioria dos escritórios, quando não falta impressora, falta papel, internet ou até energia. Entretanto, quando é para multar o criador, tudo isso funciona perfeitamente. Precisamos de mais melhorias e assistência.</p>
<p>Próximo Encontro em 2023</p>	<p>Será realizado em Sertânia.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório do 2º Encontro dos CMDRS de Pernambuco, 2022. Acervo CMDRS de Inajá – PE.

3º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO

Figura 5 – Composição da mesa de abertura do 3º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco (Anexo 3), com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil – Sertânia, 2023.



Fonte: Acervo CMDRS de Inajá – PE.

Figura 6 – Conselheiras e Conselheiros dos CMDRS de Pernambuco, participando do 3º Encontro Estadual dos CMDRS de PE – Sertânia, 2023.



Fonte: Acervo CMDRS de Inajá – PE.

Quadro 3 – Pauta 3º Encontro dos CMDRS de Pernambuco, realizado em 5 de maio de 2023, em Sertânia – PE.

TEMAS	ASSUNTOS DE PAUTA
<p>Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (ADAGRO)</p>	<p>A ADAGRO, em diversos municípios do estado não vem exercendo o seu papel fundamental de atender o agricultor pecuarista com assistência adequada, os seus escritórios regionais encontram-se inadequados para o atendimento. Nos últimos anos a ADAGRO vem deixando a desejar na eficiência de assistência ao pecuarista no campo e nas divulgações através dos veículos de comunicação, rádio e tv, orientando como os criadores devem tratar da saúde dos seus animais, por exemplo: avicultura, caprinocultura, suinocultura, equinos e bovinos. Também tem a questão do controle dos produtos oriundos da agricultura para as feiras livres e supermercados com relação aos agrotóxicos, até mesmo as feiras agroecológicas, além do controle de produtos perecíveis transportados de uma região para outra.</p>
<p>Garantia Safra</p>	<p>Tivemos um avanço muito importante na questão do reajuste, onde o valor passou dos atuais R\$ 850,00 para R\$ 1200,00 a ser pago a partir de 2024, mastemos que avançar ainda mais, queremos que esse valor seja ajustado anualmente pela a inflação, mesmo que o agricultor tenha a sua contribuição também reajustada.</p> <p>O Garantia Safra precisa dar mais autonomia aos CMDRS no acompanhamento das inscrições e classificação dos agricultores, pois são os conselhos que estão no dia a dia ao lado dos agricultores, por isso tem total conhecimento e capacidade pra exercer a função.</p>
<p>Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)</p>	<p>O IPA encontra-se com deficiência no quadro de funcionários para atenderos agricultores familiares. A sua frota de veículos está totalmente sucateada, há falta de recursos para combustível, dificultando os trabalhos dos técnicos extensionistas no acompanhamento e assistências das famílias agricultoras;</p> <p>As demandas de sementes entregues pelo IPA têm sido muito abaixo em relação a 8 anos atrás. Mesmo as sementes de milho recebidas nos últimos anos tiveram um poder de germinação baixíssimo e devido ao atraso das entregas, boa parte chegou bichada;</p> <p>Solicitamos que as sementes de feijão sejam distribuídas no mesmo quantitativo para todos os municípios, ou equivalente com a sua população rural, assim deixando para trás a ideia de que só alguns plantam, quando na verdade nós sabemos que todos plantam, sendo assim queremos que as sementes de feijão cheguem a todos os municípios para favorecer os agricultores familiares;</p> <p>Queremos a retomada do Programa Terra Pronta para que possa atender os agricultores no tempo certo do plantio e não deixando a responsabilidade somente para as prefeituras;</p> <p>Solicitamos a retomada do Programa Carro Pipa para os municípios do semiárido pernambucano, onde é decretado estado de calamidade pública pelo Estado e homologado pelo Governo Federal através da Defesa Civil;</p>

	<p>Pedimos a abertura de concurso público para aumentar o quadro de extensionista no Estado de Pernambuco;</p> <p>Rever a questão da emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), pois os órgãos emissores usam critérios diferentes, dificultando um documento de suma importância para o agricultor familiar ter acesso aos programas do governo.</p>
<p>Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prorural)</p>	<p>A maioria dos conselhos reclamam da ausência do Prorural nas reuniões ordinárias;</p> <p>Alguns escritórios regionais do Prorural alegam a ausência devido à falta de recursos para os deslocamentos;</p> <p>Os Conselhos solicitam a retomada das discussões das cadeias produtivas e arranjos produtivos nas regiões do Estado;</p> <p>O Prorural deve fomentar os encontros de formação para os conselhos, fortalecendo também as associações;</p> <p>Incentivo à criação de pequenas agroindústrias em áreas de assentamento e/ou comunidades que tenham possibilidade de fornecer produtos para vendas institucionais como PAA e o PNAE;</p> <p>Os Conselhos citam também a influência político-partidária nas demandas de projetos do Prorural em alguns municípios sem passar pelas deliberações dos conselhos;</p> <p>Solicitamos a retomada do Programa de construção de cisternas e banheiros.</p>
<p>CMDR – PE</p>	<p>No segundo encontro dos Conselhos, no ano passado, em São José do Belmonte foram disponibilizadas 4 cadeiras para os CMDRS pelo CDRS, portanto gostaríamos de saber qual a atual situação do CDRS em relação a sua atual diretoria.</p>
<p>Segurança Pública</p>	<p>Os Conselhos solicitam a efetivação das patrulhas rurais, no sentido de inibir a violência no campo. O que algum tempo era uma problemática restrita ao meio urbano, hoje também está presente no meio rural;</p> <p>Os Conselhos pedem um suporte por parte do Estado, o mínimo para que possam continuar funcionando. Suporte esse que há anos era dado pelo Prorural.</p>
<p>Banco do Nordeste</p>	<p>O Banco do Nordeste tem uma grande importância junto aos agricultores, mas precisamos de mais informações sobre as últimas novidades.</p>
<p>Banco do Brasil</p>	<p>Precisamos de mais participação junto aos agricultores.</p>
<p>Próximo Encontro em 2024</p>	<p>Será realizado em Afogados da Ingazeira.</p>

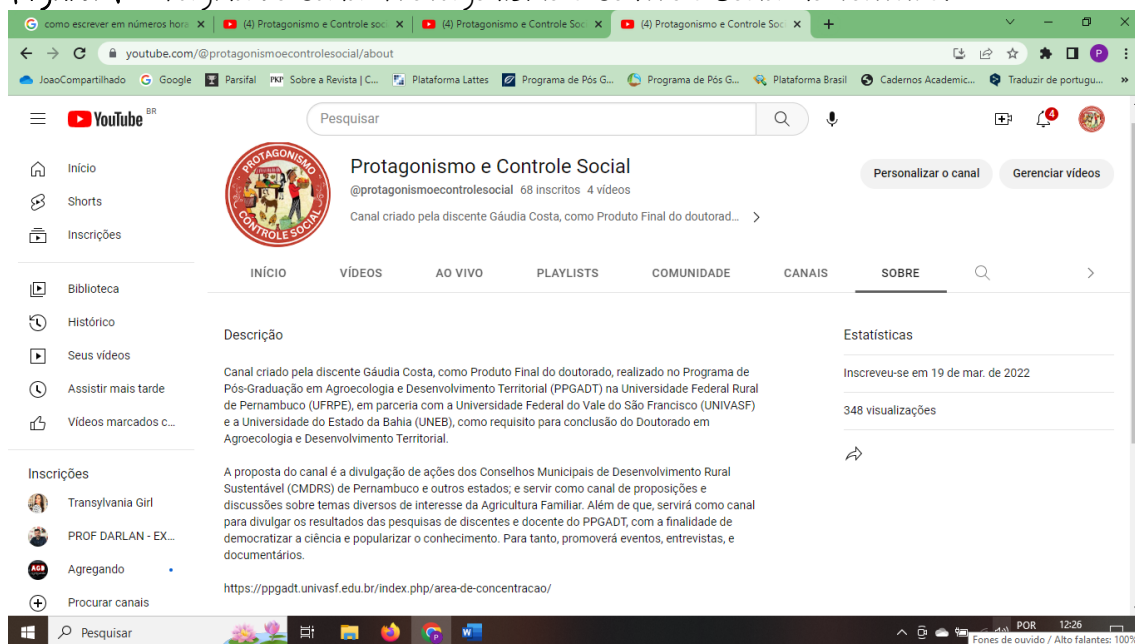
Fonte: Elaborado pela autora a partir da Pauta 3º Encontro dos CMDRS de PE, 2023. Acervo CMDRS de Inajá – PE.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO DE COMUNICAÇÃO E DE SUA FINALIDADE

O Produto de Comunicação (Figura 7) é resultado do trabalho realizado no Programa de Pós-graduação de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, como requisito para conclusão de curso de Doutorado. Trata-se de um canal do YouTube que aborda temas de interesse da Agricultura Familiar, a exemplo de Agroecologia, Extensão Rural, Economia Solidária, Autogestão, Educação, Saúde, entre outros.

A proposta do produto é servir de canal para divulgação das ações dos CMDRS de Pernambuco e outros estados; servir também de canal de proposições e discussões sobre temas tratados por estes Conselhos. O produto também buscará divulgar os resultados das pesquisas de discentes (Anexo 4) e docentes do PPGADT, com a finalidade de democratizar a ciência e popularizar o conhecimento. Além de promover eventos (Anexo 5), entrevistas (Anexo 6) e documentários (Anexo 7).

Figura 7 – Página do Canal Protagonismo e Controle Social no Youtube.



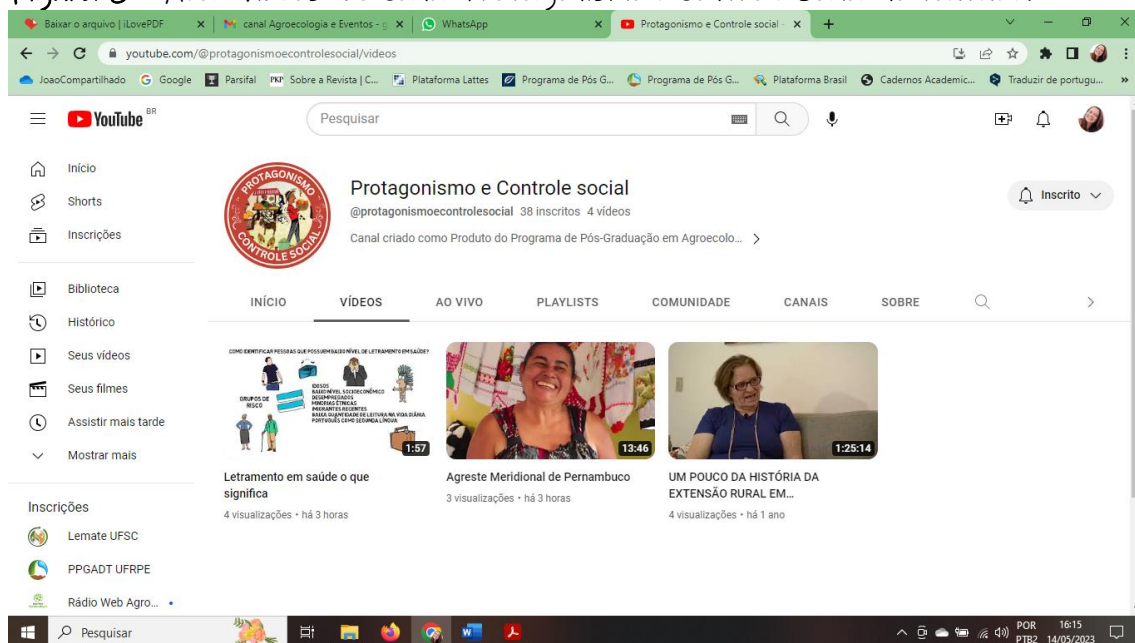
Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, 2023.

Um canal do YouTube é uma forma de mídia digital. Ele utiliza a plataforma do YouTube, que é um serviço de compartilhamento de vídeos online, para distribuir conteúdo audiovisual. Os vídeos são a forma principal de mídia em um canal nesta plataforma, podendo incluir áudios, imagens, animações e até mesmo recursos interativos (Burgess; Green, 2009).

Além dos vídeos, os canais do YouTube também podem utilizar outros elementos de mídia para complementar o conteúdo, como descrições escritas, miniaturas personalizadas, imagens de perfil e banners. Esses elementos visuais ajudam a transmitir a identidade e a mensagem do canal.

Os vídeos em um canal do YouTube podem abranger uma ampla gama de formatos, como vídeos informativos (Figura 2), tutoriais, vlogs (blogs com vídeos), entrevistas, apresentações, músicas, animações, entre outros. Isso permite que os criadores de conteúdo explorem diferentes formas de expressão e comunicação para atingir seu público-alvo.

Figura 8 – Aba “Vídeos” do Canal Protagonismo e Controle Social no Youtube.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, 2023.

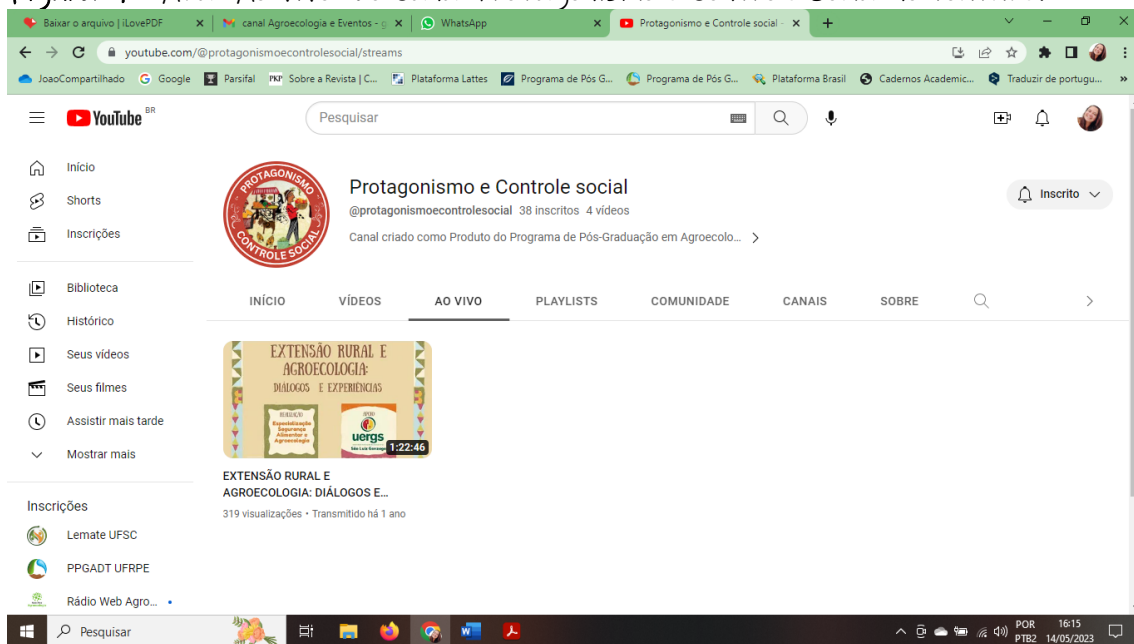
Os canais do YouTube também permitem a interação entre os criadores e os espectadores através de recursos como comentários, avaliações, compartilhamentos e inscrições, inclusive, em tempo real (Figura 3). Essa interação e participação ativa dos espectadores são características importantes da mídia social, que o YouTube incorpora em seu formato de canal.

O YouTube é mais do que um simples produto de comunicação, ele é uma plataforma que revolucionou a maneira como consumimos conteúdo audiovisual e nos

conectamos uns com os outros. Com milhões de usuários e criadores de conteúdo, o YouTube se tornou um espaço dinâmico e diverso onde podemos encontrar informações, entretenimento e inspiração (Junges; Gatti, 2019).

Podemos compartilhar nossas ideias e perspectivas com o mundo, além de aprender e descobrir novas formas de pensar e criar. A plataforma também permite que as pessoas se encontrem em comunidades com interesses e paixões semelhantes, gerando um senso de pertencimento e conexão.

Figura 9 – Aba “Ao Vivo” do Canal Protagonismo e Controle Social no Youtube.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, 2023.

No entanto, é importante lembrar que, como qualquer produto de comunicação, o YouTube também pode ter seus pontos negativos, como a disseminação de informações falsas e conteúdo inapropriado. Por isso, é essencial usá-lo com responsabilidade e crítica, buscando sempre fontes confiáveis, e respeitando os direitos e as diversidades de todos os usuários da plataforma.

5.1 AVANÇOS TECNOLÓGICOS/GRAU DE NOVIDADE

O Produto tem médio teor inovativo: combinação de conhecimentos pré-estabelecidos.

Discente Autora

Nome: Gáudia Maria Costa Leite Pereira

Doutorado profissional

Docentes Autores

Nome: Prof. Dr. Jorge Luiz Schirmer de Mattos

Permanente (PPGADT/UFRPE).

Nome: Prof. Dr. Wagner Lins Lira

Permanente (PPGADT/UFRPE).

Nome: Prof. Dr. Marcelo Miná Dias

Colaborador Orientador Externo (UFV).

5.2 CONEXÃO COM A PESQUISA

Projeto de Pesquisa vinculado ao Produto de Comunicação: Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: Protagonismo e Gestão Social em busca do desenvolvimento local. Linha de Pesquisa vinculada ao Produto de Comunicação: 1 - Identidade, Cultura e Territorialidades.

5.3 CAMPOS DESCRITIVOS

Situação atual do Produto de Comunicação

Finalizado/implantado

Para composição do conteúdo dos programas, foi elaborado um formulário Google, com uma consulta para Conselheiras e Conselheiros dos CMDRS do estado de

Pernambuco, sobre o que desejariam assistir no canal. A consulta está sendo veiculada por *Whatsapp*, nos grupos de CMDRS municipais, à medida que era respondido e enviado, as respostas chegavam automaticamente na Planilha *Google*, de coleta de dados. No formulário, há sugestões se assuntos para múltipla escolha (APÊNDICE 1). A pretensão é produzir uma entrevista a cada 15 dias, e rodas de diálogo, a cada 2 meses.

Recursos e vínculos do Produto de Comunicação

Data início: 19/05/2022. Data término: Não se aplica.

Fonte do Financiamento: Custeado pela discente.

A produção necessita estar no repositório?

Sim.

Documentos Anexados (em PDF)

A produção em si.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*, p. 51-70, 2006.
- BORDENAVE, J. E. D. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- BRASIL, C. C. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 24 maio. 2023a.
- BRASIL, C. C. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 24 maio. 2023b.
- BRASIL, C. C. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 24 maio. 2023.
- BRASIL, C. C. **Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de infor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 24 maio. 2023.
- BRASIL, C. C. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 24 maio. 2023a.
- BRASIL, C. C. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 24 maio. 2023b.
- BRASIL, C. C. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 4 jan. 2023c.

BRASIL, C. C. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositi. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 maio. 2023.

BRASIL, C. N. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRASIL, S. G. DA P. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 24 maio. 2023.

BURGESS, J.; GREEN, J. (EDS.). **Youtube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade**. Tradução: Ricardo Giasseti. São Paulo: Aleph, 2009.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: USP, 2011.

CAPES. **Produção técnica** - relatório de grupo de trabalho: orientação CAPES. Brasília: CAPES/MEC, 2019.

CAPORAL, F. R. (ED.). **Extensão rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: [s.n.].

CARVALHO, A. I. de. Os Conselhos de Saúde, participação social e reforma do estado. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 3, n. 1, p. 23-25, 1998.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1

EMATER, M. G. **Metodologias participativas de extensão rural para o desenvolvimento sustentável - MEXPAR**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2006.

EMATER, M. G. **Mexpar 4.0: metodologia participativa de Extensão Rural**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

- GERSCHMAN, S. *A democracia Inconclusa*. Um estudo da reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.
- GOHN, M. DA G. *Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOHN, M. DE G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JUNIOR, O. A. DOS (Ed.). *Governança democrática e poder local*. A experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 175-201.
- GUEDES-FARIAS, M. G.; VARELA-VARELA, A. A mediação da informação e o protagonismo social: Experimentando a construção de um modelo em uma comunidade Brasileira. *Investigacion Bibliotecologica*, v. 31, n. 73, p. 91-110, 2017.
- INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO (IPA). *IPA participa do I Encontro Estadual dos CMDRS's*. Disponível em: <https://site.ipa.br/noticias/ipa-participa-do-i-encontro-estadual-dos-cmdrss/>. Acesso em: 1 jun. 2023.
- JUNGES, D. DE L. V.; GATTI, A. Estado da arte sobre o Youtube na educação. *Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense*, v. 1, n. 2, p. 113-131, 2019.
- KNOP, M. F. T. Exclusão digital, diferenças no acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação: questões conceituais, metodológicas e empíricas. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 5, n. 2, p. 39, 2018.
- LEMOS, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 9ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2023.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos Meios às mediações: comunicação, culturas e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- MEIRELLES, F. S. *Panorama do uso de TI no Brasil - 2022*. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/panorama-uso-ti-brasil-2022>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. Educação e comunicação: diálogos contemporâneos e novos espaços de reflexão. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Eds.). *Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 133-158.
- PEREIRA, G. M. C. L. Linha do Tempo do desenvolvimento histórico e institucional da Extensão Rural no Brasil. Seminário Comunicação e Extensão. Mestrado em Extensão Rural. UNIVASF. *Anais...*Juazeiro: UNIVASF, 2016
- PEREIRA, G. M. C. L. *Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: espaços de poder da Agricultura Familiar*. Garanhuns: UNIVASF, 2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SINTAPE). *Diretores do Sintape participam do 1º Encontro Estadual dos CMDRS*. Disponível em: <https://m.facebook.com/sintape.sindicato/videos/617931788674642/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. DE. Tecnologias e educação: legado das experiências da pandemia COVID-19 para o futuro da escola. *Panorama Setorial da Internet*, v. 14, n. 2, p. 1-36, 2022.

VILAÇA, M. L. C.; ARAÚJO, E. V. F. DE (EDS.). *Tecnologia, sociedade e educação na era digital*. Duque de Caxias: UNIGRANRIO, 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Conteúdo do Formulário Google para consulta às conselheiras e conselheiros dos CMDRS de Pernambuco.

Figura 10 – Formulário de enquete para Conselheiras e Conselheiros de CMDRS de Pernambuco, 2023.



Enquete para Conselheiras e Conselheiros de CMDRS
Olá, Conselheiras e Conselheiros.

Sou Gáudia Costa.

Criei um canal no Youtube como Produto Final do doutorado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para conclusão do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. O tema da minha pesquisa são os CMDRS, particularmente, os Conselhos de Caetés e São Bento do Una.

A proposta do canal é a divulgação de ações dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Pernambuco e outros estados; e servir como espaço de proposições e discussões sobre temas diversos de interesse da Agricultura Familiar. Além de que, servirá como canal para divulgar os resultados das pesquisas de discentes e docente do PPGADT, com a finalidade de democratizar a ciência e popularizar o conhecimento. Para tanto, promoverá eventos, entrevistas e documentários.

A finalidade desta enquete, é perguntar às Senhoras e Senhores, sobre quais assuntos seriam de interesse para entrevistas, mesas e documentários.

Agradeço imensamente a participação e contribuição com os temas.

Acesso ao canal: <https://www.youtube.com/@protagonismoecontrolesocial>

* Indica uma pergunta obrigatória

Nome*

Sua resposta

Gênero*

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer
- Outro:

Data de Nascimento*

Sua resposta

E-mail*

Sua resposta

Telefone com o DDD*

Sua resposta

Município*

Sua resposta

Nome do Conselho*

Sua resposta

Sua função no Conselho*

- Titular
- Suplente
- Outro:

Há quanto tempo participa do Conselho?*

- Menos de 2 anos
- Entre 2 e 4 anos
- Entre 4 e 6 anos

- Mais de 6 anos

Quais assuntos gostaria de ver abordados no Canal? Marque os que deseja. *

- Agricultura Familiar
- Políticas Públicas
- Protagonismo Social
- Controle Social
- Agroecologia
- Gênero
- Geração
- Desenvolvimento Sustentável
- Orçamento público
- Sucessão Rural
- Associativismo
- Cooperativismo
- Sindicalismo Rural
- Segurança e Soberania Alimentar
- Produção de Orgânicos
- Certificação de Orgânicos
- Economia Solidária
- Artesanatos
- Segurança Pública para o Meio Rural
- Saneamento Rural
- Água
- Reforma Agrária
- Crédito Rural
- Outro:

Você se dispõe a ser convidada ou convidado para entrevistas ou mesas de diálogo?*

- Sim
- Não

Quais assuntos você teria disposição de abordar em uma entrevista?

ANEXOS

ANEXO 1 – Convite para o 1º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco.

Figura 11 – Convite para o 1º Encontro Estadual dos CMDRS de PE, 2019.

CONVITE

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS/Pernambuco tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar do I Encontro Estadual dos CMDRS/Municipais de Pernambuco no Auditório do Campus do IFPE (Antigo Colégio Agrícola), nesta Sexta-Feira, dia 17 de Maio, das 09h00 às 13h00. (Belo Jardim - PE)

PROGRAMAÇÃO

08h00 - Chegada e Inscrição dos Participantes	- Continuação da PAUTA- Relação dos CMDRS com as
08h30 - Café da manhã compartilhado	Sec. de Agric. Municipais; demandas das Comunidades
09h00 - Abertura e saudação inicial (Cerimonial)	Quilombola e Indígena
09h05 - Composição da Mesa (Representação dos CMDRS por Região	relacionadas aos CMDRS.
Entidades Parceiras e Entes Governamentais)	
09h15 - Mística de Abertura (entrada de produtos oriundos da roça) Música: Chuva de Honestidade (Flávio Leandro)	10h15 - Discussão da Pauta - Fala dos inscritos
09h30 - Fala dos representantes na Mesa (5 min)	12h00 - Encaminhamentos
10h00 - Apresentação da Pauta: PRORURAL (Infraestrutura/Projetos) Fortalecimento e Infraestrutura dos CMDRS, Assistência Técnica do IPA, ITERPE e INCRA (Situação dos Assentamentos); Cons. de Des. Estadual (Representação dos CMDRS); Secretaria de Des. Agrário do Estado (Planej. para os CMDRS ?); Segurança Pública no Campo;	12h40 - Leitura e Aprovação da Ata/Carta
	13h00 - Encerramento

CMDRS
Conselhos Municipais de
Desenvolvimento Rural Sustentável
- Pernambuco -

Fonte: Acervo CMDRS de São Bento do Una – PE.

Figura 12 – Convite para o 2º Encontro Estadual dos CMDRS de PE, 2022.



**2º ENCONTRO DOS
CMDRS/PE**
CONSELHOS MUNICIPAIS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTAVEL-PE

**Local: Escola Técnica (ETE)
Dia 05/05/2022 - 8h às 13h
São José do Belmonte- PE**

**ORGANIZAÇÃO:
CÍCERO JEAN E EDVÂNIO**
(87) 99150-0709 | (87) 99957-1152



Fonte: Acervo da autora.

ANEXO 3 – Convite para o 3º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco.

Figura 13 – Convite para o 3º Encontro Estadual dos CMDRS de PE, 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE SERTÂNIA

CONVITE

O CMDRS DE SERTÂNIA CONVIDA A TODOS OS CMDRS DE CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO AS ENTIDADES PARCEIRAS E GOVERNOS NO GERAL PARA O :

3º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS/PE

TENDO POR OBJETIVO : CONSTRUIR PROPOSTA, DISCUTIR PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATENDAM O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS, COMUNIDADES E AGRICULTORES FAMILIARES DE PERNAMBUCO

LOCAL : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS NA AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 03 SERTÂNIA-PE

DATA : 05 DE MAIO DE 2023

HORÁRIO : 8:00 hs

TEREMOS A HONRA DE RECEBER A TODOS !

Fonte: Acervo da autora.

ANEXO 4 – Material didático.

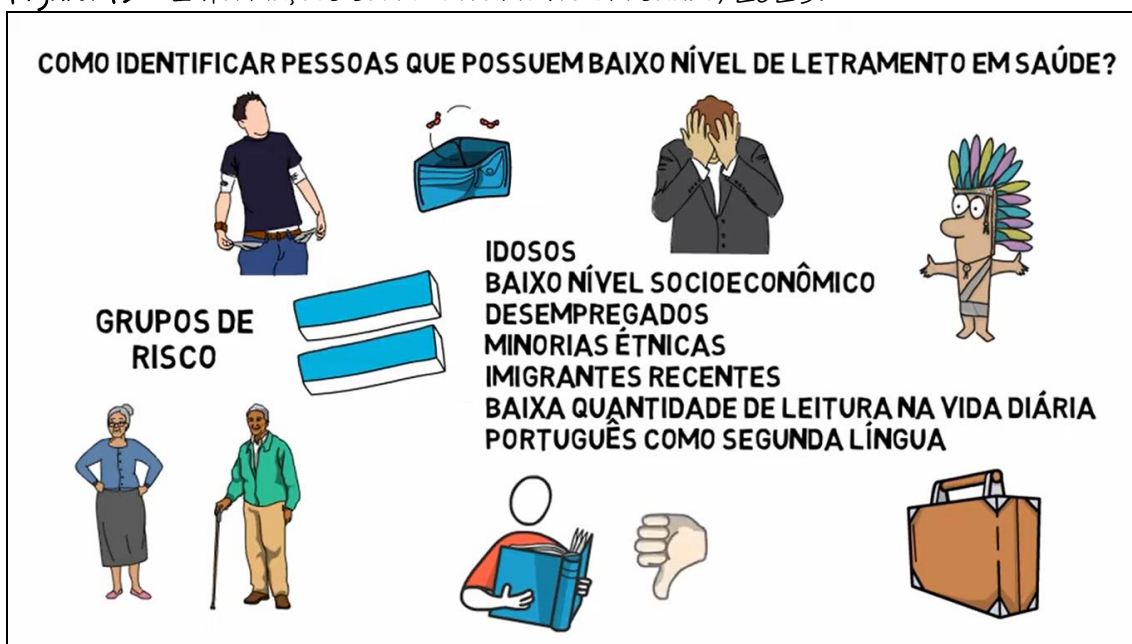
Material didático, em vídeo, produzido pela discente do PPGADT, Diana Maria Alexandrino Pinheiro, gentilmente cedido, para ser veiculado no Canal Protagonismo e Controle Social.

Figura 14 – Material didático sobre letramento em saúde, 2023.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, 2023.

Figura 15 – Informações sobre letramento em saúde, 2023.

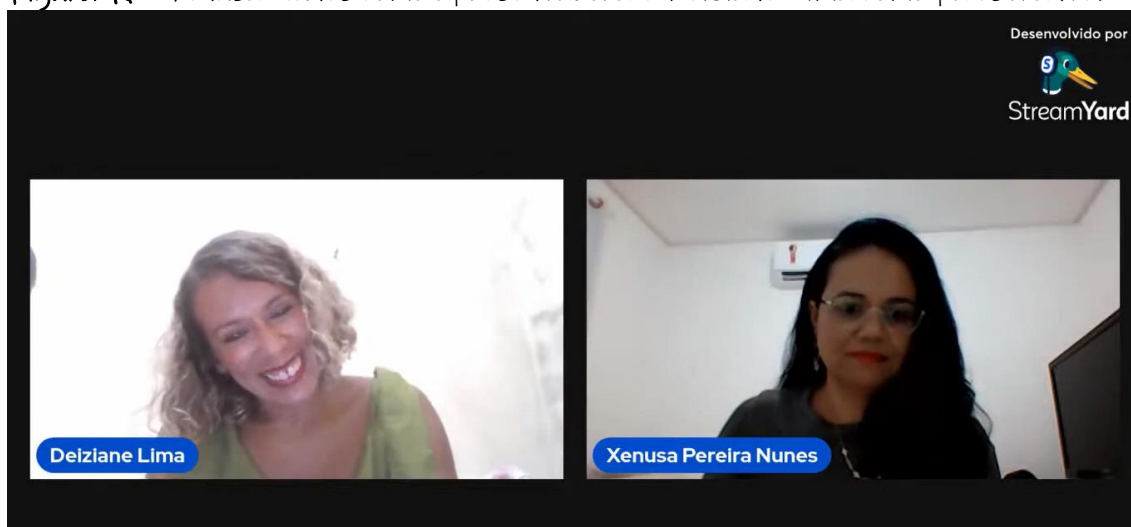


Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, 2023.

ANEXO 5 – Evento.

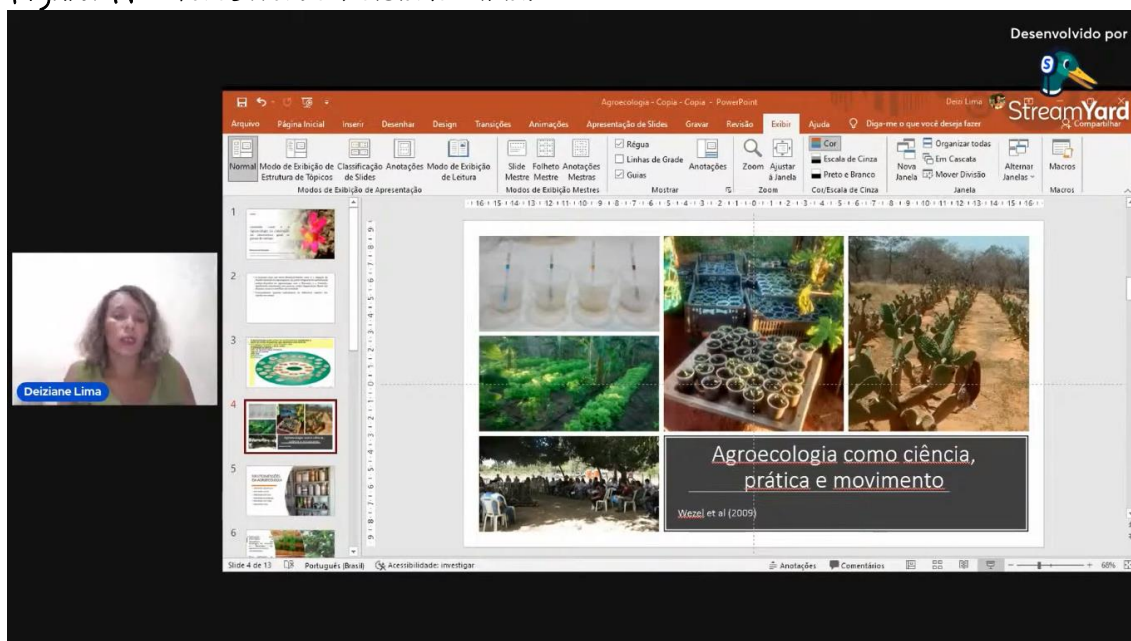
O canal realizou o evento Extensão Rural Agroecológica, em uma parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), sob a coordenação da Professora Doutora Danni Maisa da Silva, no dia 25 de março de 2022. Contou com a participação de quatro discentes do PPGADT: Xenusa Pereira Nunes (UNIVASF); Deiziane Lima Cavalcante (UFRPE); João Batista de Oliveira (UFRPE) – responsável pela transmissão; e esta autora.

Figura 16 – Xenusa Nunes como apresentadora e Deiziane Lima como palestrante.



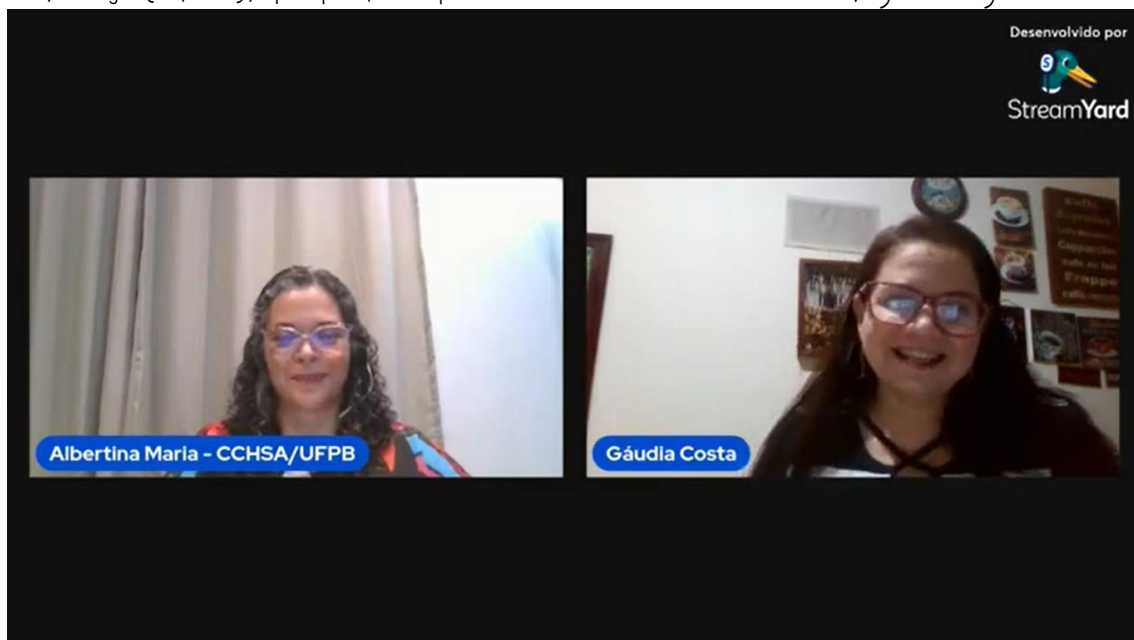
Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, 2022.

Figura 17 – Palestra de Deiziane Lima.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, 2022.

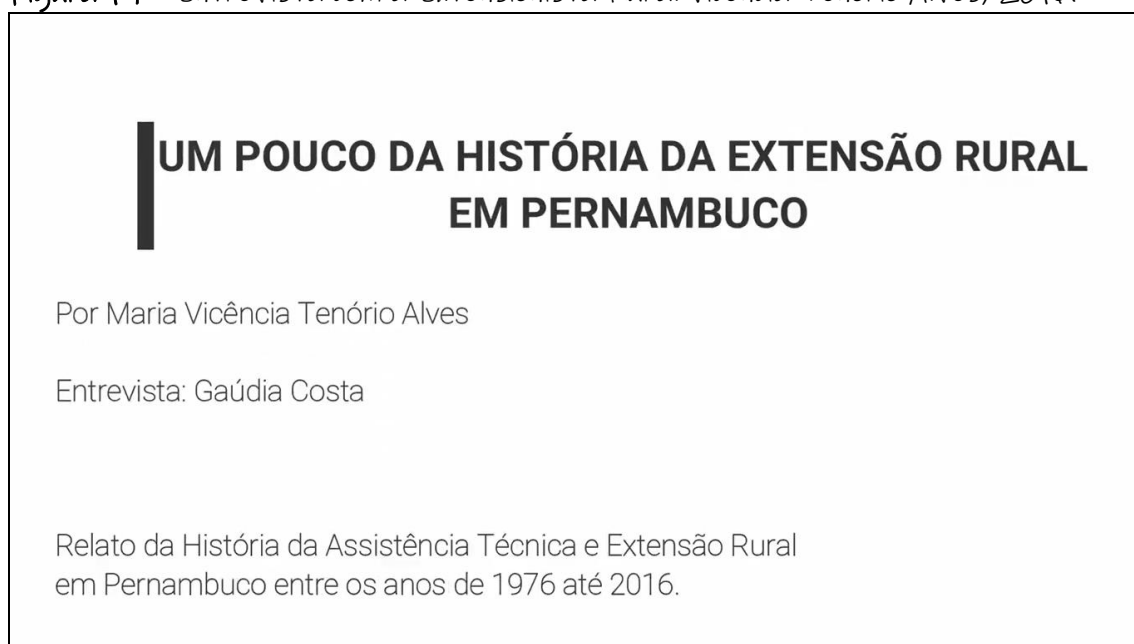
Figura 18 – Gáudia Costa apresentando a Profa. Dra. Albertina Maria Ribeiro Brito de Araújo (UFPB), que proferiu palestra sobre Extensão Rural Agroecológica.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, 2022.

ANEXO 6 – Entrevista.

Figura 19 – Entrevista com a Extensionista Rural Vicência Tenório Alves, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, 2022.

Figura 20 – Gaúdia Costa entrevistando a Extensionista Rural Vicência Tenório Alves, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, 2022.

Figura 21 – Entrevistada a Extensionista Rural Vicência Tenório Alves, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, 2022.

ANEXO 7 – Documentário.

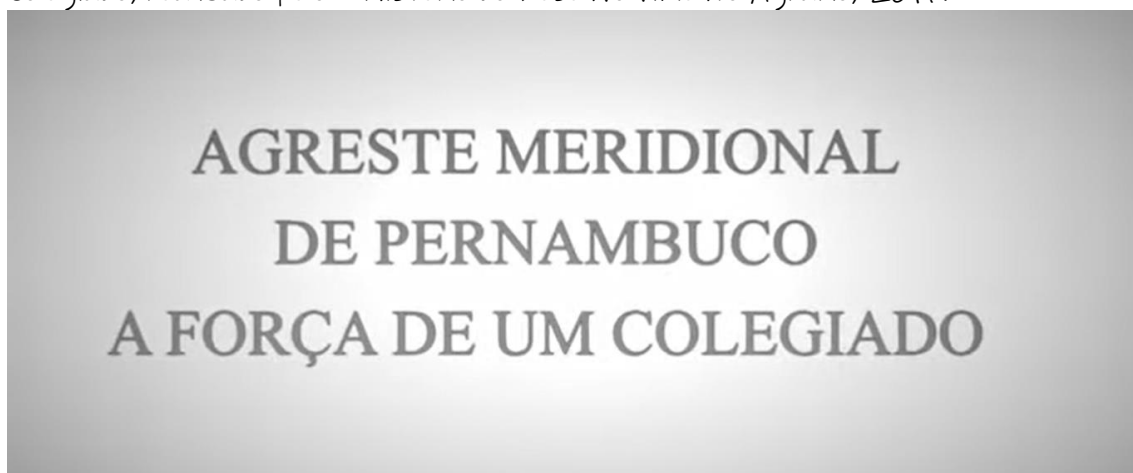
O documentário *Agreste Meridional de Pernambuco: a força de um Colegiado*, foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2016, com a finalidade de apresentar o trabalho desenvolvido pela Base de Serviços, executado por esta autora, sobre a Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco, para os demais Territórios do País, como exemplo exitoso de gestão social.

Figura 22 – Documentário *Agreste Meridional de Pernambuco: a força de um Colegiado*, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, 2022.

Figura 23 – Documentário *Agreste Meridional de Pernambuco: a força de um Colegiado*, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, 2022.

Figura 24 – Gáudia Costa como narradora no Documentário Agreste Meridional de Pernambuco: a força de um Colegiado, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, 2022.

Figura 25 – O Documentário Agreste Meridional de Pernambuco: a força de um Colegiado, apresenta o trabalho executado na aplicação do Índice de Gestão Social (IGS), na Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco (CODETAM), 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, 2022.

